



Galvão, Delfim e Langoni reuniram-se várias vezes, ontem, no Palácio do Planalto

Pressão faz Governo abrandar pacote

Brasília — O pacote econômico antiinflação que está sendo preparado pelo Governo começou a ser abrandado ontem, em comparação com as hipóteses mais duras formuladas pelos Ministérios da área econômica, com o objetivo de abrir exceções para o Norte e o Nordeste. Dois qualificados assessores do Ministro do Planejamento revelaram que chegam pressões irresistíveis do Nordeste, que contam com o apoio do Gabinete Civil e foram encampadas por alguns políticos do PDS.

As mesmas fontes afirmaram que se as decisões tivessem que ser adotadas ontem poderia haver duas exclusões, entre as medidas que foram anunciadas: a redução do IOF e a liberação do limite quantitativo para os empréstimos bancários. Esclareceram ainda que a reforma bancária, por exemplo, deverá ser retirada de pauta. E ambos, além de um político do PDS, disseram que o maior dilema das autoridades em relação ao pacote é a discussão sobre o expurgo do INPC.

Sobre isso, o Deputado Fernando Collor (PDS-AL) descreveu um longo diálogo que teve ontem com o Presidente Figueiredo, no qual este lhe contou que a conveniência do expurgo continua em estudos: "Isto teria um custo social muito alto e estamos vendo se encontramos um meio-termo para esse problema", confidenciou-lhe Figueiredo.

O Deputado reparou que o Presidente estava de muito bom humor, mas alterou a fisionomia quando tratou de assuntos econômicos, comentando que, quando era pequeno, tomava remédios amargos, mas que logo curavam a doença. É isso que o Governo estaria tentando agora: "Vamos ter que tomar uns remédios muito amargos, mas esperamos que o país saia desta crise reabilitado", disse ele ao parlamentar.

Reuniões

O dia de ontem foi marcado por longas e repetidas reuniões do Ministro da Fazenda, Ernane Galvão; do presidente do Banco Central, Carlos Langoni; e do Ministro do Planejamento, Delfim Neto, no gabinete deste no Palácio do Planalto. Desses encontros participaram também um grupo de assessores liderados pelo Secretário de Abastecimento e Preços, José Dal-

lari. A tarde conversaram com Delfim os presidentes da Telebrás, General Alencastro e Silva; da Petrobrás, Shigeaki Ueki; e da Companhia Vale do Rio Doce, Eliezer Batista. Os presidentes da Caixa Econômica Federal, Gil Macieira, e do Banco do Brasil, Oswaldo Colin, também estiveram com Delfim Neto e, por último, chegou Alexandre Kafka, diretor do FMI e representante do Brasil junto ao Fundo.

Todos negaram-se a detalhar o pacote e às 21h o assessor de imprensa de Delfim, Gustavo Silveira, anunciou que estava começando outra reunião — sem previsão de tempo para terminar — com Nelson Mortada, da Secretaria de Controle das Empresas Estatais (SEST). Galvão e Langoni — revelou uma fonte ligada ao presidente do BC — tiveram um jantar de trabalho para ultimar providências na área monetária, que serão levadas à reunião do Conselho Monetário Nacional de amanhã.

Ao sair do Palácio do Planalto Galvão disse, apressadamente: "Não há nada de nova negociação" — referindo-se à possibilidade de o Brasil tentar renegociar sua dívida externa. — "Continuamos insistindo nos quatro projetos normais". O Ministro informou que a missão do FMI chega a Brasília na próxima segunda-feira, mas descartou qualquer vinculação de sua vinda com o anúncio do pacote econômico: "A vinda do FMI nada tem a ver com o pacote", afirmou.

De acordo com o relato de um político governista que acompanha os debates para sua elaboração, o Senador Virgílio Távora e o líder do Governo na Câmara, Nelson Marchezan, encontraram boa receptividade em favor do abrandamento junto a Delfim e os Ministros Leitão de Abreu, do Gabinete Civil, e Rubem Ludwig, do Gabinete Militar. Os parlamentares mostraram que o Nordeste vem sendo assolado por forte seca há cinco anos e que é contraditório arrecadar um "imposto calamidade" para a região, quando ela poderá perder subsídios concedidos à agricultura.

Mais uma vez discutiu-se o preço político de um pacote radical a ser assumido pelo PDS — comentou o político — que, basicamente, tem duas ponderações: 1) os subsídios precisam ser retirados, mas gradativamente; 2) o expurgo do INPC é admissível, como início de uma es-

tratégia de desindexação da economia, desde que os ganhos até três ou quatro salários mínimos sejam preservados. Um assessor de Delfim admitiu que a preservação do Nordeste não afeta tanto o pacote, porque sua participação é pequena no volume de subsídios, mas informou que não há unidade na equipe econômica quanto ao expurgo.

No Palácio do Planalto, o porta-voz Carlos Atila informou que a principal preocupação do Presidente da República é com a inflação, causada pelo déficit público, o que resulta em altas taxas de juros. Este — na versão de Atila — é o sentido das palavras de Figueiredo, ontem no programa O povo e o presidente. Segundo Atila, é possível que parte do pacote seja anunciada hoje, porque amanhã o Presidente viaja para o Rio de Janeiro.

Para o Deputado Fernando Collor, além de explicar a necessidade de medidas "amargas", Figueiredo defendeu a equipe econômica que, na sua opinião, conduziu bem as negociações com os bancos e com o FMI. Acrescentou que o país deve muito ao Presidente Ronald Reagan, que com um telefonema liberou 400 milhões de dólares no início do ano, sem consultar o Congresso.

As fontes da área econômica, contudo, contaram que as pressões para amenizar o pacote contrariaram os Ministros, especialmente Delfim, que teme frustrar os empresários com medidas que não resolverão definitivamente os problemas, desgastando ainda mais a imagem do Governo junto à opinião pública. Uma das fontes lembrou que os Ministros trabalham com algumas hipóteses, entre as quais, um pacote severo, que mostraria efeitos em três meses, e outro brando, que exigiria novas medidas naquele prazo.

Hoje pela manhã, na reunião das 9h no Palácio do Planalto, o Presidente fará sua escolha definitiva sobre a intensidade das medidas. Embora os cortes nos investimentos das estatais possam ser anunciados amanhã, somente no final da semana será possível concluir o orçamento, com os novos cronogramas físicos de investimentos.

Participaram da reportagem: Carlos Max Torres, Dilze Teixeira, Etevaldo Dias, Fernando Martins, Geraldo Moura e Marizete Mundin